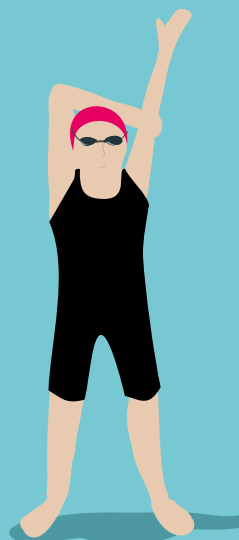




ÉTICA DESPORTIVA PARA TODOS!



Diretor Editorial

Mário Lopes (FPDD)

Diretores Editoriais Adjuntos

Hugo Sarmento (FCDEF-UC) e Salomé Marivoet

Conselho Editorial

Alexey Baryaev (St. Petersburg University), Anabela Vitorino (ESDRM), Antonino Pereira (ESEV), António José Silva (UTAD), Ash Routen (Loughborough University), Bruno Sena Martins (CES), Carla Filomena Silva (Western University, Canadá), Carla Lourenço (UBI), Carlos Paula Cardoso (CDP), Cláudia Pinheiro (ISMAI), David Rodrigues (ANDES), Fernando Fontes (CES), Humberto Santos (INR), Jorge Carvalho (IPDJ), José Carlos Lima (PNED), José Manuel Constantino (COP), José Pedro Ferreira (FCDEF-UC), Leila Marques (CPP), Leonor Moniz Pereira (FMH), Luís Gomes Costa (ULHT), Maria João Campos (FCDEF-UC), Paula Campos Pinto (ISCSP), Renato Nunes (CNR-SCMP), Rui Corredeira (FADE-UP), Sofia Santos (FMH-UL), Stevo Popovic (Montenegro University), Tadeu Celestino (CI&DETS), Vitor Pataco (IPDJ) e Zoran Milanovic (University of Nis).

Edição

Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência

Rua Presidente Samora Machel, Lote 7, r/c direito

2620 – 061 Olival Basto – PORTUGAL

+ 351 21 937 99 50

rfpdd@fpdd.org

www.fpdd.org

Índice

4. Editorial

8. Impacto da paixão na regulação da motivação e no bem-estar subjetivo

Anabela Vitorino, Luís Cid, Teresa Bento, Diogo Teixeira, Diogo Monteiro

20. Observação e análise técnico-tática na modalidade de Goalball

Márcia Ferreira

28. Impacto da pandemia COVID-19 na composição corporal de indivíduos com dificuldade intelectual e desenvolvimental

Miguel Jacinto, Bruno Oliveira, Rafael Tereso

34. Participação da pessoa com doença de Parkinson num programa intergeracional de jogos tradicionais adaptados – análise da perspetiva em 3 cuidadores

Marlene Rosa, Carina Forte, Raul Antunes, Tânia Maurício

41. A perspetiva das famílias sobre a participação de pessoas com deficiência na atividade física

Lia Couto, Mariana Amaral da Cunha, Ana Sousa

48. Aptidão física e qualidade de vida em indivíduos com deficiência intelectual e de desenvolvimento

Miguel Jacinto, João Brito, Rafael Oliveira, Alexandre Martins, Rúben Francisco, Anabela Vitorino

54. A prática do surf em atletas com deficiência visual: um estudo de caso

Bruno Silva, Gonçalo Cruz, Renato Bentes

59. As atitudes dos estudantes-estagiários em relação à inclusão de alunos com deficiência nas aulas de educação física

Ricardo Silva, Joana Teixeira, Rui Corredeira, Estela Vilhena, Tânia Bastos

Editorial

A situação de pandemia que atravessamos, com fortes impactos sobre as vidas das pessoas, impele-nos a refletir um pouco sobre as lições que podemos retirar das situações que têm sido vividas por todos.

Há que ter-se em consideração que nenhum serviço poderá funcionar de forma organizada e harmoniosa se for imaginado, desenhado e implementado tendo apenas como público-alvo um suposto “utente médio”. É bastante evidente que um professor que planifique a sua intervenção para o “aluno médio” estará destinado ao fracasso na sua intervenção (“eu ensinei-lhes tudo, eles é que não quiseram aprender”), assim como um médico que se imagine como o profissional que dá resposta ao cidadão medianamente saudável pouco mais aportará à saúde dos indivíduos e da comunidade que serve do que qualquer curandeiro pagão ou mezinha obscura. O importante é estar preparado para a situação difícil, ou inesperada, ou menos habitual...

Serve esta deambulação para, ao invés de repisar as barreiras à inclusão do foro atitudinal ao nível psicológico (do próprio para consigo) ou da interação social (cara a cara), se propor uma reflexão sobre o conceito de desenho universal aplicado aos serviços.

Não é facilmente compreensível que, no contexto da pandemia, sejam os mais vulneráveis a sofrer, de forma desproporcionada, os efeitos produzidos por sistemas que têm sido sempre pensados na perspetiva redutora e ultrapassada que atrás ficou descrita. Não, as crises - pandémicas ou de qualquer outra ordem - nunca são “democráticas” (como se ouviu nos inícios da COVID19), trazem antes à superfície os problemas endémicos que enformam esses sistemas que se desenham ao longo de décadas para dar resposta a necessidades bem identificadas do cidadão, do consumidor, do eleitor.

Em termos concretos, e numa definição simplista, o desenho universal, ou o desenho inclusivo (noção esta talvez menos ampla, mas mais pragmática), é a forma de imaginar e desenhar produtos ou serviços que, à partida, não impliquem que a interação das pessoas, todas as pessoas, com o meio não seja, por um lado, dificultada por barreiras evitáveis e que, por outro, seja ativamente facilitada, pela eventual remoção de barreiras previamente vigentes. Isto evita que se dependa sempre de adaptar adaptações adaptadas para problemas tardiamente identificados - a legislação e as convenções são factos da vida! Estas decisões são amiúde entendidas como um fardo irrazoável que obriga a novas conceptualizações, novas planificações, gastos desnecessários de horas de trabalho e de dinheiro. Pior, as impressões pessoais e as culturas organizacionais ficam infetadas por um vírus que, não sendo letal, tem efeitos mais perenes – o estigma, nunca dito, nunca escrito, em relação às pessoas que são percebidas como tendo “obrigado” a esse dispêndio.

De seguida elencam-se algumas dos apelos do European Disability Forum às instituições da União Europeia e aos estados-membros (Resolution on COVID 19 and the rights of persons with disabilities | European Disability Forum (edf-feph.org)). Sendo um apelo específico, servirá com certeza de enquadramento para o que deve ser tido em consideração noutros espaços e noutros tempos: assegurar que as respostas à COVID-19 cumprem os preceitos da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com deficiência, envolvendo-as na definição das medidas de resposta e recuperação; garantir comunicação em saúde acessível, respeitosa e não discriminatória; publicar e fiscalizar a implementação de *guidelines* em ética médica não discriminatórias; garantir que pessoas isoladas e marginalizadas não ficam sem contacto humano, bens essenciais ou apoio; reforçar as redes de apoio e disponibilização de produtos de apoio; garantir os direitos de mulheres e crianças com deficiência, tomando medidas de combate à violência e ao abuso; garantir os direitos dos jovens com deficiência, nomeadamente no contexto de regimes de ensino à distância ou mistos; assegurar o direito ao trabalho das pessoas com deficiência durante e após a pandemia.

Por fim, e procurando fazer a ponte entre os direitos das pessoas com deficiência e o acesso ao desporto, seria importante destacar-se a forma como os artigos que a seguir se publicam são, na sua generalidade, ferramentas úteis na implementação daquelas prerrogativas: desde a aproximação de modalidades específicas para pessoas com deficiência aos contextos analíticos e performativos do mais sério envolvimento em outras modalidades à busca de modalidades alternativas de comunicação com as pessoas com deficiência; da importância do contexto da família e dos cuidadores à inclusão na escola e na comunidade. Estes temas de investigação fazem inequivocamente eco das preocupações dos agentes e dos sujeitos das intervenções que são pensadas, observadas, interpretadas e vertidas em conclusões que, nunca definitivas, são sempre mais um passo na disponibilização de conhecimento mobilizável. Quanto ao mérito científico e à qualidade das opções metodológicas tomadas, competirá à comunidade que temos o prazer de aqui acolher proceder ao escrutínio, à discussão e à publicação das competentes reflexões, também neste fórum.

Mário Lopes

Editorial

The pandemic time we are facing brings huge impact in people's lives and impels us to reflect on the lessons we've been learning from the situations we've all been experiencing.

We need to be aware that no service will be able to work in an organized and harmonious way if we only take into account the "average user" as our target audience. It is obvious that a teacher who's intervention only aims the "average student", will be destined to failure ("I taught them everything, they were the ones who didn't want to learn"). Also, a doctor who sees him or herself as the professional who responds to the averagely healthy citizen will not add much more value to the well-being of the individual and the community than the pagan healer or the dubious home remedies. The most important issue is to be fully prepared for the challenging situations, for the unexpected, for the unusual...

This reflection doesn't intent to, once again, stumble upon the barriers to inclusion either to oneself on a psychological level, either on a social interaction environment (face to face). It aims to promote a careful consideration of the concept of universal design applicable to every social service.

In a pandemic context, it's hard to accept that the more vulnerable part of the population is the one who's suffering in a incommensurate way the effects produced by the systems that have always been designed in a reductionist and retrograde way, as mentioned before. No! A crisis - pandemic or of any other kind - is never "democratic" (as we extensively heard in the beginings of COVID19). On the contrary, it emerges the endemic problems forming those systems, designed over decades to give answers to the well identified needs of the citizens, the consumers and the voters.

In concrete terms and using a simplistic definition, the universal design, or the inclusive design (maybe a wider notion but much more pragmatic), is the way to imagine and create products and services that don't add avoidable barriers to people's interactions, and I mean all people. On the contrary, these measures should be planned as a way to facilitate and remove the previously existing barriers. This will avoid the continuous dependance on a constantly adaptation to the belatedly identified problems - legislation and conventions are facts of life! These decisions are frequently understood as an unreasonable burden, forcing new conceptualisations, new planing, unnecessary expenses of work hours and money. And even worse, people's impressions and organizacional cultures become infected with a virus that, although not lethal, has perennial effects - unwritten and unspoken stigma related to people who are perceived as being the cause of extra expenses.

it is important to highlight some of the appeals from European Disability Forum towards European Union institutions and its member states. (Resolution on COVID 19 and the rights of persons with disabilities | European Disability Forum (edf-feph.org)). As a specific appeal, it will be certainly used as a frame for what must be taken into consideration in other spaces and times: to make sure that COVID-19 responses fulfil the UN precepts for Human Rights of Persons with Disabilities, calling them to contribute to the creation of response and recovery measures; to guarantee accessible, respectful and non-discriminatory communication; to publish and survey guidelines implementation in non-discriminatory medic ethic; to guarantee that marginalised and isolated people are not deprived of human contact, of essential goods and any other kind of vital support; to reinforce the networks of support and availability of support products; to guarantee the rights of women and children with disabilities, taking measures to combat violence and abuse; to guarantee the rights of young people with disabilities, particularly in the context of distance or mixed learning schemes; to ensure the right to work of people with disabilities during and after the pandemic.

Finally and in an attempt to build a bridge between people with disabilities rights and the access to sports activities, it is important to highlight the way the articles here published are, generally, useful tools in the implementation of those prerogatives: from the availability of specific modalities for people with disabilities to the analytical and performative contexts of a more profound involvement in other modalities and the search for alternative communication methods with people with disabilities; and also the importance of the family and caregivers context to inclusion in school and community. These investigation themes are an unmistakable echo of the authors agents and subjects concerns studied, analysed, observed, interpreted and converted into conclusions that, although not definitive, are always a step forward in making available mobilisable knowledge. As for the scientific approach and the quality of the methodological options chosen, it will be up to the community that herewith we welcome to proceed with the scrutiny, discussion and publication of the competent reflections, also through this forum.

Mário Lopes